A PERCEÇÃO DOS ALUNOS COTISTAS DE UNIVERSIDADE PÚBLICA FEDERAL SOBRE A POLÍTICA DE COTAS SOCIAIS¹

THE PERCEPTION OF FEDERAL PUBLIC UNIVERSITY QUOTA HOLDER STUDENTS ABOUT THE SOCIAL QUOTA POLICY

LA PERCEPCIÓN DE LOS ALUMNOS COTISTAS DE UNIVERSIDAD PÚBLICA FEDERAL SOBRE LA POLÍTICA DE CUOTAS SOCIALES

Mércia Cardoso de Souza²

Joelia Lima de Oliveira Penha³

ÁREA(S) DO DIREITO: Direito Constitucional. Direito Internacional Público. Direitos Humanos.

Resumo

A presente pesquisa tem o intuito de apresentar a percepção de alunos cotistas da Universidade Federal do Ceará sobre a Política de Cotas para estudantes de escolas públicas no ingresso ao ensino superior público, assim como evidenciar as necessidades que levam à criação dessas políticas de ação afirmativa para garantir direitos sociais, que constitucionalmente estão assegurados. Tendo como objetivos apresentar o entendimento dos alunos cotistas quanto ao significado das cotas e qual a necessidade da existência de aludida política. Para tanto foi realizado estudo bibliográfico, documental e empírico, com abordagem sistematizada e qualitativa. Os resultados alcançados demonstraram que: a Política de Cotas proporcionou aos alunos de escola pública maiores oportunidades de ingresso em Instituição de Ensino Superior Pública. Nesse marco, os alunos cotistas pesquisados têm a percepção de que as cotas são necessárias para minimização das disparidades sociais que foram construídas historicamente no Brasil. Além de entenderem que essa política de ação afirmativa está relacionada à inclusão social da população menos favorecida e à compreensão, por parte dos alunos pesquisados, de que tais ações só poderão deixar de existir, não só quando todos os alunos tiverem acesso ao ensino superior gratuito, mas quando o Estado realizar investimentos para qualificação do ensino fundamental e médio público, proporcionando oportunidades iguais a todos os alunos que buscam uma vaga em Universidade Pública.

Palavras-chave: Cotas Sociais. Ensino Público. Ações Afirmativas.

Abstract

1 Recebido em 13/10/2018. Aceito para publicação em 30/12/2018.

2 Doutora em Direito (UNIFOR). Mestra em Direito Público (PUC MINAS). Graduada em Serviço Social (UECE) e em Direito (UNIFOR). merciacardosodesouza@gmail.com.

3 Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Especializanda em Políticas Públicas e Seguridade Social pela Faculdade Cearense (FAC). Especialista em Saúde da Família pela Universidade da Integração Internacional Afro-Brasileira (UNILAB). *E-mail:* joelia.oliveira@gmail.com.

The present research aims to present the perception of Ceará Federal University quota holder students about the Quota Policy for public school students in the entrance to public higher education, as well as highlight the needs that lead to the creation of affirmative action policies for the guarantee of social rights, which, constitutionally, are assured. Its objectives are to present the understanding of quota holder students about the meaning of quotas and the need for such a policy. For that, a bibliographic, documentary and empirical study with systematized and qualitative approach was carried out. The results showed that: the Quota Policy provided the public school students greater opportunities to join the Public Higher Education Institution. Within this framework, the researched quota holder students have the perception that quotas are necessary to minimize the social disparities that were historically constructed in Brazil. In addition to understanding that this affirmative action policy is related to the social inclusion of the underprivileged population and the understanding by the researched students that such actions may only cease to exist, not only when all students have access to free higher education, but when the State makes investments to qualify elementary and middle public education, providing equal opportunities to all students seeking a vacancy in Public University.

Keywords: Social Quotas. Public Education. Affirmative Actions.

Resumen

La presente investigación tiene el propósito de presentar la percepción de alumnos cotistas de la Universidad Federal de Ceará sobre la Política de Cuotas para estudiantes de escuelas públicas en el ingreso a la enseñanza superior pública, así como evidenciar las necesidades que llevan a la creación de esas políticas de acción afirmativa para garantizar derechos sociales, que constitucionalmente están asegurados. Teniendo como objetivos presentar el entendimiento de los alumnos cotistas en cuanto al significado de las cuotas y cuál es la necesidad de la existencia de aludida política. Para ello se realizó un estudio bibliográfico, documental y empírico, con abordaje sistematizada y cualitativa. Los resultados alcanzados demostraron que: la Política de Cuotas proporcionó a los alumnos de escuela pública mayores oportunidades de ingreso en Institución de Enseñanza Superior Pública. En ese marco, los alumnos cotistas encuestados tienen la percepción de que las cuotas son necesarias para minimizar las disparidades sociales que fueron construidas históricamente en Brasil. Además de entender que esa política de acción afirmativa está relacionada con la inclusión social de la población menos favorecida y la comprensión por parte de los alumnos encuestados que tales acciones únicamente podrán dejar de existir, no sólo cuando todos los alumnos tengan acceso a la enseñanza superior gratuita, sino cuando el Estado realiza inversiones para calificar la enseñanza fundamental y media pública, proporcionando oportunidades iguales a todos los alumnos que buscan una vacante en la Universidad Pública.

Palabras clave: Cuotas Sociales. Enseñanza Pública. Acciones afirmativas.

SUMÁRIO: 1 Introdução; 2 Metodologia; 3 Desenvolvimento; 3.1 A educação pública brasileira e seus desafios; 3.2 Políticas de Ações Afirmativas: as cotas em instituições públicas federais; 3.3 A percepção dos alunos cotistas quanto as políticas de cotas na Universidade Pública Federal; Considerações Finais; Referências.

SUMMARY: 1 Introduction; 2 Methodology; 3 Development; 3.1 Brazilian public education and its challenges; 3.2 Affirmative Action Policies: quotas in federal public institutions; 3.3 The perception of quota holder students regarding the quota policies at the Federal Public University; Final considerations; References.

SUMARIO: 1. Introducción; 2 Metodología; 3 Desarrollo; 3.1 La educación pública brasileña y sus desafíos; 3.2 Políticas de Acciones Afirmativas: las cuotas en instituciones públicas federales; 3.3 La

percepción de los alumnos cotistas cuanto las políticas de cuotas en la Universidad Pública Federal; Consideraciones finales; Referencias.

1 INTRODUÇÃO

Diante das desigualdades sociais existentes no Brasil, desde seu descobrimento e que se perpetua até hoje na sociedade, medidas são necessárias com o objetivo de minimizar essas disparidades. Nesse sentido, ações afirmativas passaram a ser formuladas para tentar alcançar tais objetivos.

Uma das ações afirmativas que atualmente vem tendo bastante destaque são as denominadas “cotas sociais”, mais precisamente as cotas para o ingresso de alunos de escola pública em Universidades Públicas. Estudos evidenciam que antes da criação da lei de cotas nas Universidades Públicas, não existia padronização no sistema, isto é, cada instituição adotava regras próprias (PINHEIRO, 2014). Isso comprometia a igualdade de acesso entre alunos de escola pública e privada, haja vista a existência de disparidades entre esses dois tipos de ensino no Brasil.

Frente ao crescimento sobre o assunto das políticas de ações afirmativas, que tomaram maior visibilidade a partir dos anos 2000, surgiram inquietudes: como a política de cotas sociais está sendo efetivada e como os alunos de escolas públicas se percebem enquanto cotistas de Universidade Pública?

As discussões voltadas ao tema estão relacionadas à equidade⁴ de direitos entre as classes sociais, trazendo, desse modo a oportunidade de acesso ao ensino superior em Universidades Públicas, abrindo-se o conjunto de oportunidades na vida de vários alunos oriundos de escola pública que desejam ingressar no ensino superior público.

A importância desta pesquisa está centrada nas políticas de ação afirmativa, com foco nas cotas sociais que são efetivadas nas Instituições de Ensino Superior Público (IES), tendo como pretensão fazer uma revisão de literatura e discorrer sobre os documentos que foram criados para a efetivação da política de cotas. Nesse diapasão, optou-se pela abordagem de alunos cotistas para compreender qual a percepção desses estudantes quanto ao seu ingresso na Universidade Pública por meio das cotas, verificando se eles entendem o que são

4 [...] entende-se que o sentido da equidade diz respeito à promoção da justiça social por meio do tratamento diferenciado dos sujeitos, na busca pela igualdade de resultados (SILVA FILHO; CUNHA, 2013, p. 05).

cotas e o porquê da existência dessa política, sendo um estudo de natureza qualitativa.

Assim, as ações afirmativas têm por fim criar oportunidades iguais para a população menos favorecida - uma das práticas mais conhecidas é o sistema de cotas, que se baseia em designar um estipulado número ou percentual a ser ocupado em área específica por grupos definidos, o que pode acontecer de forma proporcional ou não, e de maneira mais ou menos flexível (LIMA et al, 2014).

Diante da precarização da educação pública brasileira, da pouca inserção de estudantes oriundos de escola pública nas Universidades Públicas, por meio das cotas foi criado um mecanismo para maior oportunidade de inserção desses alunos nas Universidades Públicas. Em 2012 foi sancionada a Lei n. 12.711, de 29 de agosto, que reserva um determinado quantitativo de vagas para alunos de escolas públicas em Universidades Públicas Federais.

Com a iniciativa da criação da lei, mais oportunidades surgiram para esses estudantes, uma vez que as cotas não ficarão restritas apenas as Instituições de Ensino Superior Particulares, como o Programa Universidade para Todos (Prouni⁵). Sendo assim, as cotas podem ser vistas como mecanismos usados na busca de diminuir as disparidades sociais, tão evidentes em nossa sociedade brasileira.

O trabalho foi dividido em quatro seções: introdução, que trará de maneira geral o que o trabalho se propõe a trazer; metodologia, colocando os caminhos que foram percorridos para realização da pesquisa; o desenvolvimento que ficou dividido em três partes, trazendo o referencial teórico e os resultados da pesquisa; e por fim, as considerações finais, tratando o que a pesquisa constatou.

2 METODOLOGIA

5 Lei no 11.096, de 13 de janeiro de 2005 institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Art. 1º Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos - PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos (BRASIL, 2005).

A presente pesquisa tem por intuito alcançar algumas respostas. Em linhas gerais, buscou-se compreender qual a percepção dos alunos cotistas do ensino superior público federal quanto à política de cotas sociais. Num plano mais específico, buscou-se entender como a lei de cotas sobre o ingresso de alunos de escola pública nas instituições federais é efetivada, como esses alunos entendem a necessidade de criação das ações afirmativas para esse ingresso, buscando, também, identificar se o que é disposto em lei está sendo efetivado.

Para alcançar os objetivos propostos utilizaram-se as pesquisas bibliográfica, documental e empírica. Primeiramente, se utilizou a pesquisa bibliográfica, que abrange leitura, interpretações de livros e imagens, tendo como finalidade proporcionar à pesquisadora contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre o tema do trabalho desenvolvido, com o intuito de permitir ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações. (MARCONI E LAKATOS, 2001). Utilizaram-se autores como: Vale (2012), Lewgoy (2009), Faleiros (2006), Gomes (2001), dentre outros.

A pesquisa documental consiste na análise de documentos científicos, segundo Pádua (1997), são estudos realizados por meio de documentos contemporâneos ou retrospectivos, apontados como cientificamente autênticos (não fraudulentos). Usado largamente nas ciências sociais para investigação histórica, com intuito de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências.

O método utilizado para a realização do estudo foi o dialético-crítico “que possui como categorias centrais a totalidade, a historicidade e a contradição” (FERREIRA, 2010, p. 210). Optou-se por realizar a pesquisa aplicada em que os objetos de estudo são alunos cotistas da Universidade Federal do Ceará (UFC). Para a coleta dos dados foi utilizado o instrumento do questionário semiestruturado, que é uma técnica investigativa que busca, por meio de questões apresentadas, conhecer opiniões (GIL, 1987). O questionário foi aplicado por intermédio de plataforma virtual, por meio da ferramenta *Google Docs* Formulários, onde é possível construir e enviar os questionários para realizações de pesquisas e outras finalidades. Para a análise dos dados recorreu-se ao programa *sphinx* que tem por finalidade realizar tabulação e análise de dados.

O questionário foi composto por 13 questões, sendo 02 fechadas⁶, 06 abertas⁷ e 05 semiabertas (com as duas formas de perguntas); foram aplicados entre os dias 30 de maio de 2018 e 25 de junho de 2018. Tendo como universo da pesquisa alunos cotistas da Universidade Federal do Ceará e amostra de 05 estudantes cotistas.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 A educação pública brasileira e seus desafios

A educação brasileira é um direito social, previsto no artigo 205 da Constituição Federal de 1988 – CF/88: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, *on-line*). Nesse sentido, compreende-se a educação como dever do Estado, mas ao mesmo tempo abre precedentes para a iniciativa privada, quando em seu artigo 209 coloca: “o ensino é livre à iniciativa privada, [...]” (BRASIL, 1988, *on-line*).

Uma das ações realizadas pelo Estado que está impulsionando cada vez mais a precarização do ensino público é a Proposta de Emenda Constitucional n. 55 (PEC 55) (foi aprovada em 2016), que trata sobre o “congelamento” dos gastos públicos por 20 anos, onde,

[...] os gastos federais, menos o pagamento de juros sobre a dívida pública, ficarão limitados a um teto definido pelo montante gasto do ano anterior reajustados pela inflação acumulada, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em síntese, o Novo Regime Fiscal implica um congelamento real das despesas totais do Governo Federal que pressupõe uma redução do gasto público relativamente ao Produto Interno Bruto (PIB) e ao número de habitantes. Ou seja, de acordo com a regra proposta, os gastos públicos não vão acompanhar o crescimento da renda e da população (ROSSI E DWECK, 2016, p. 1).

Nessa conjuntura, a PEC n. 55 viola o disposto na CF/88, que estabelece em seu artigo 212 que o mínimo para os gastos públicos com educação é de 18% da Receita Líquida de Impostos (RLI). Dessa maneira, com a aprovação de aludida PEC a partir de 2018 a educação terá como piso o valor mínimo do ano anterior (2017), reajustados apenas pela inflação (BRASIL, 2016).

6 A pergunta fechada obriga o respondente a selecionar geralmente uma alternativa numa lista de opções predeterminadas (GUNTHER; LOPES, 1990, p.204).

7 Permite ao respondente a liberdade de expressar o que quiser sobre o assunto em pauta (GUNTHER; LOPES, 1990, p. 204).

Esses dados comprovam a desvalorização por parte do Estado em garantir uma educação pública de qualidade, já que cada vez mais cresce o “desmonte” das políticas públicas, transformando-as em algo mercantil, rentável. Assevera-se que a Política de Educação no Brasil é conduzida por rumos de estruturas internacionais, sendo eles: a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial (BM), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Estudando suas intenções, é perceptível que suas estratégias para o desenvolvimento da educação são racionais aos interesses do capital, sendo realizada de forma utilitarista e instrumental (FERREIRA, 2013).

Segundo Roberto Leher (2015), o que acontece, atualmente, com a educação brasileira é uma inversão de valores, em que o primordial não é mais a educação em si, mas a busca de lucros exorbitantes por meio de fundos de investimentos. No segundo, a defesa de um projeto de educação básica em que a classe dominante define forma e conteúdo do processo formativo de crianças e jovens brasileiros.

Pode-se argumentar que o Estado mostra o seu compromisso para com o financiamento do capital. A Educação passa a ser um mercado promissor para o crescimento lucrativo do Estado, visto que abre espaço para as instituições privadas de Ensino. O setor público, concomitantemente, passa a ter uma redução com os gastos nesse setor. Assim, são elucidativas as reflexões de Vale (2012, p. 17),

O desenvolvimento da perspectiva neoliberal por meio da intervenção do Estado e suas políticas públicas, atinge as instituições com as privatizações, redução de custos, parcerias público-privadas, transformações de instituições públicas em organizações sociais e alterações favoráveis ao princípio de valorização do mercado.

Em meio ao processo de acumulação do capital o sistema educacional passa a se adequar as exigências do mercado, assim como acontece no mundo do trabalho onde as mudanças estão inseridas no fator tempo, vez que tudo está atrelado a prazos, oportunidades, datas, vencimentos e horários (LEWGOY, 2009). Diante da visão neoliberal do Estado, a educação pública brasileira acaba sofrendo impactos negativos, como corrobora Piana (2009, p. 73),

No que diz respeito às políticas educacionais, mesmo que se tenha respondido com algumas reformas legais aos direitos da população infanto-juvenil, depois da reforma Constitucional de 1988, por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal 8.069/905 e a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – Lei Federal 9394/96, depara-se com uma enfraquecida política educacional e os programas existentes não superam a demanda e tão pouco garantem o direito à educação previsto nas leis brasileiras.

Destarte, os alunos inseridos na educação de base brasileira pública, sofrem com a baixa qualidade do ensino, precarizado pelo modo como o governo rege as políticas públicas sociais, o que se reflete pelos cortes de investimentos na educação. O que atinge diretamente na qualidade do ensino de base e conseqüentemente reflete a dificuldade de ingresso desses alunos em Universidades Públicas, sem as políticas de ações afirmativas, hoje disponíveis.

Dados podem comprovar tal disparidade quando o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), ligado ao Ministério da Educação (MEC) trouxe dados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2015, colocando que das cem escolas com maiores notas, somente três são públicas, sendo todas da rede federal. Tal fato corrobora com a diferença existente entre o ensino público e o particular, uma vez que nove em cada dez escolas públicas ficaram abaixo da média nacional. Outra comprovação é que a média dos alunos baixou em três áreas do conhecimento: Ciências da Natureza, Linguagens e Matemática. Todavia, melhorou em Ciências Humanas e Redação, de acordo com dados publicados em 2016, no *Jornal da Universidade de São Paulo (USP)*. Diante dos fatos,

[...], o investimento público nos diferentes níveis de ensino (fundamental, médio, superior) é modesto e privilegia o ensino público superior. Dessa maneira, para ter uma chance de se matricular em uma universidade pública, é preferível que as crianças sejam escolarizadas na rede privada durante o ensino fundamental e médio. [...] (AKKARI et al, 2011, p. 479).

O sistema educacional de base brasileiro é problemático, quando se trata em oferecer os meios necessários de ensino, para que os alunos da rede pública de ensino tenham condições de ingressar em instituições de ensino superior públicas, em condições iguais aos dos alunos da rede de ensino particular, trazendo uma inversão de direitos, diante do contexto apresentado.

Pesquisas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) 2016 traduzem que 99,7% das escolas de educação básica são públicas e que 21,5% são privadas, quanto às escolas de ensino médio 70,8% são públicas e 29,2% são privadas. Quanto ao ensino superior, 12,3% das Instituições de Ensino Superior são públicas e 87,7% das Instituições de Ensino Superior são privadas (INEP 2016). Os dados,

[...] refletem a “exclusão” progressiva efetivada pelo sistema educacional na medida em que a maioria da população fica sem alternativas para ingressar em uma IES pública, por um motivo: o ensino público de base, precarizado, não consegue prover o aluno de condições para que passe pela barreira

social representada pelo vestibular, ainda mais se considerar que este mesmo aluno entra em disputa com os da escola particular, que conta com uma estrutura moderna e voltada para a inserção no mercado de trabalho (GUZZO E FILHO, 2005, p. 5).

As informações evidenciam a omissão estatal para com o direito social da educação, vez que diante das disparidades educacionais entre o público e o privado e ao acesso ao ensino superior que medidas para promover a equidade por meio do ingresso de alunos de escola pública em universidades públicas foram criadas, tal temática será tratada no próximo tópico.

3.1 Políticas de Ações Afirmativas: as cotas em instituições públicas federais

As ações afirmativas estão relacionadas às questões de inclusão social, que está estritamente pautada com a da exclusão, uma vez que as relações sociais de desigualdade se manifestam nas políticas públicas (FALEIROS, 2006). No Brasil existe uma sociedade com alto grau de disparidade social, como corrobora Santos *et.al* (2008, p. 1-2),

É de conhecimento de todos que o Brasil é um país formado por diferentes povos (indígenas, africanos, europeus, asiáticos, entre outros) e que a interação social entre eles foi desigual desde o início da colonização portuguesa. Alguns desses povos, especialmente os brancos de origem europeia, lograram vários privilégios em relação aos demais povos que formaram a nação brasileira. Em decorrência disso, até hoje, convivemos com grandes desigualdades pautadas por diferenças de pertencimento de classe social, de grupo racial e de sexo/gênero. Assim, no Brasil, ricos e pobres, mulheres e homens, negros, indígenas, brancos, amarelos, entre outros, têm possibilidades e maneiras muito distintas e desiguais para a obtenção de bônus e de pagamento dos ônus sociais.

É diante das disparidades sociais que meios de promoção da equidade social precisam ser pensados, vez que tais desigualdades não faz jus ao que vem disposto na CF/88 em seu artigo 5º que assegura que: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988, *on-line*). Nessa linha de raciocínio, todos são igualmente dignos, assim como iguais em sua humanidade, não se admitindo preconceitos de qualquer espécie de um ser humano para com outro, reforçando que os seres humanos não são submissos ou objetos em proveito de outros (ROCHA, 2001).

Contudo, sabe-se que tais conceitos de igualdade, muitas vezes ficam restritos ao direito formal e na realidade conta-se com uma sociedade injusta,

desigual e que para diminuir essas disparidades é necessária a criação de políticas públicas para minimizar os problemas sociais. Como corrobora Gomes (2001, p. 1137), “a essas políticas sociais, que nada mais são do que tentativas de concretização da igualdade substancial ou material, dá-se a denominação de «ação afirmativa» ou, na terminologia do direito europeu, de «discriminação positiva» ou “ação positiva””.

No que tange ao acesso de alunos de escolas públicas em universidades públicas, são necessárias à criação de “medidas compensatórias, para promover a implementação do princípio constitucional da igualdade” (GOMES, 2001, p. 1134). Nesse marco, se faz necessária a criação de Ações Afirmativas que,

[...] podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego (GOMES, 2001, p. 1142-1143).

Vale ressaltar que no Brasil as primeiras formas de ações afirmativas, do tipo cotas foram voltadas para a inserção de pessoas com deficiência ao mercado de trabalho (BRANDÃO, 2005). No governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi considerada a possibilidade de criação em nível federal de políticas de ação afirmativa, mas logo a ideia foi abandonada, sendo repensada após as pressões dos movimentos sociais organizados e da sociedade civil (TELLES, 2006).

Foi somente em 2001 que foram dados os primeiros passos para a concretização das políticas de cotas, quanto à reserva de vagas em Instituições Públicas de Ensino Superior no Brasil, iniciando-se:

[...] pelas universidades estaduais da Bahia, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul. A primeira universidade federal a adotar cotas para negros e índios foi a Universidade de Brasília (UnB), em 2004. Em 2007, um levantamento feito pelo Laboratório de Políticas Públicas (LLP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) indicou que 51 instituições de ensino já haviam adotado políticas de ação afirmativa, entre universidades estaduais e federais, faculdades, centros universitários e institutos federais superiores (IFS) (LIMA et al, 2014, p. 142).

No que tange a educação superior pública brasileira, busca-se, por meio da política afirmativa de cotas alcançar a superação de algumas, entre tantas, desigualdades sociais, trazendo a igualdade de oportunidades entre os diferentes grupos. Buscando reduzir a disparidade social entre alunos de escolas públicas e privadas no ingresso em Instituições Públicas Federais, em agosto de 2012 foi sancionada a Lei n. 12.711, de 29 de agosto, que trata sobre o ingresso de

estudantes nas instituições federais de ensino superior e nas instituições de ensino técnico de nível médio popularmente conhecida como a lei de cotas para estudantes de escola pública (BRASIL, 2012, *on-line*).

Segundo o Ministério da Educação (MEC) a lei garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos provenientes integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os outros 50% das vagas continuam para ampla concorrência (BRASIL, 2012, *on-line*).

Ainda segundo o MEC as vagas reservadas às cotas (50% do total de vagas da instituição) deverão ser subdivididas do seguinte modo: metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio *per capita* e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Em ambos os casos, também será considerado o percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 2012, *on-line*).

O MEC também assegura que a lei garantirá a permanência dos estudantes cotistas nas Universidades Públicas por meio da política de assistência estudantil, que será reforçada com aumento de investimentos. O MEC está articulando com os reitores a política de acolhimento dos alunos cotistas, que também gira em torno da política de tutoria e nivelamento (BRASIL, 2012, *on-line*). Diante do exposto, o próximo tópico tentará trazer o entendimento dos alunos cotistas de Universidade Pública Federal sobre essa modalidade de ação afirmativa.

3.2 A percepção dos alunos cotistas quanto as políticas de cotas na Universidade Pública Federal

Os alunos pesquisados são alunos da Universidade Federal do Ceará (UFC), que é uma autarquia ligada ao Ministério da Educação, criada pela Lei n. 2373, de 16 de dezembro de 1954 e concretizada em junho de 1955. Em 2014, em cumprimento à Lei n. 12.711/2012, passou-se a ofertar 50% das vagas a alunos que realizaram todo o seu Ensino Médio na rede pública. A escolha dos estudantes para realização da pesquisa foi por acessibilidade, não se atrelou a um curso específico, ou semestre, ou idade. A única exigência era que fossem alunos cotistas da universidade. A pesquisa foi realizada entre os meses de maio e junho de 2018.

Para o sigilo dos atores envolvidos na pesquisa, os mesmos serão intitulados por números.

A primeira pergunta do questionário: *Qual a condição do aluno, se eles seriam cotistas ou não.* Caso não fossem, automaticamente não seria possível preencher os questionários. Diante deste fato, a população amostral da pesquisa foi de 05 alunos. O que não se deve deixar de levar em consideração que posteriormente seja realizada uma pesquisa mais abrangente, onde se possa trabalhar a visão de alunos cotistas e não cotistas de Universidade Pública, quanto a Política de Cotas.

A segunda indagação: *O que você entende por cotas sociais para ingresso nas universidades públicas?* Os alunos responderam da seguinte maneira,

Aluno 01: É uma forma de ajudar pessoas da classe baixa a ingressar em uma universidade pública de alta concorrência.

Aluno 02: São políticas públicas que ajudam os menos favorecidos em seu contexto social terem acesso a universidade pública

Aluno 03: Entendo como uma forma de equiparar danos cometidos pelo governo a sociedade durante anos, bem como conceder oportunidades aos menos favorecidos social, cultural e financeiramente, uma vez que o vestibular tradicional havia, por muito tempo, excluído diversos alunos. Desse modo, como medida paliativa, as cotas vêm como um auxílio para mediar à entrada de estudantes em universidades, viabilizando maneiras de inserir os mesmos nos ambientes acadêmicos, para além da graduação.

Aluno 04: É uma maneira de igualar as chances de pessoas que tenha uma certa dificuldade seja financeira, física ou intelectual de conseguir ingressar em um Universidade para uma pessoa que não tenha essas dificuldades.

Aluno 05: Uma forma de garantir a vaga pra quem tem menos condições.

Diante das falas dos alunos 01, 02 e 05, pode-se colocar que alguns não entendem as cotas como um direito, mas **um favor**, dado aos menos favorecidos, não se reconhecendo como sujeitos de direitos, e não entendendo que essa ação afirmativa é uma medida compensatória implementada pelo Estado para tentar diminuir a disparidade social, é como corrobora Moehlecke (2000, p.9),

[...] políticas compensatórias, fundamentadas no princípio de igualdade que sustenta o tratamento desigual aos desiguais, usualmente aplicadas de acordo com critérios socioeconômicos; mas especificamente podem ser políticas compensatórias voltadas para determinado grupo, definido a partir de características adscritas como raça ou gênero; ou políticas de diversidade, que reivindicam não uma igualdade de bens materiais, mas culturais, numa exigência de reconhecimento de identidades particulares.

Nas falas dos outros entrevistados (alunos 03 e 04), eles colocam que as cotas são uma forma de equidade para alunos de escola pública, no acesso as

instituições de ensino superior públicas, diante das disparidades socioeconômicas brasileiras, que acaba por dificultar o acesso de alunos do ensino básico público ao ensino superior, que se expressa pelo processo de inclusão/exclusão existente na sociedade capitalista,

O processo de inclusão/exclusão se inscreve em relações complexas que vamos dimensionar como formas de afirmação/negação do sujeito seja nas condições do mercado capitalista, na auto-significação das condições pessoais, nas relações/condições de vida, na relação ao Estado de direitos. A exclusão é uma expressão direta da desigualdade social, econômica, política, cultural e simbólica, desigualdade estruturada e estruturante (FALEIROS, 2006, p. 4).

A terceira perguntava se eram a favor das cotas e solicitava a justificativa para tal resposta. Os 05 alunos responderam que seriam favoráveis a política e justificaram suas respostas das seguintes maneiras:

Aluno 01: Porque certas pessoas têm menos oportunidades de ingresso na universidade por conta de questões financeiras para auxiliar os estudos como também em questões sociais onde a pessoa se encontra.

Aluno 02: Graças a elas eu estou na universidade, e muitas pessoas também.

Aluno 03: Sim, por hora. Como dito antes, estas representam medidas paliativas, que devem ser associadas a outras, para possibilitar a inserção de indivíduos que antes não poderiam ter acesso ao meio acadêmico através da graduação em si, em termos gerais.

Aluno 04: Não sou a favor de todas as cotas, sou contra cotas raciais, pois se a razão é igualar a cota racial veio para priorizar um determinado grupo de pessoas em detrimento de outros. Sou a favor para pessoas carentes com renda baixa para que tenham uma chance de mudar de vida, assim como eu.

Aluno 05: Porque historicamente o nosso país foi desigual a destruição de vagas e precisamos mudar isso

Os alunos 01, 02 e 05, colocam que são a favor devido à oportunidade que tiveram com as cotas para conseguirem estudar em uma Universidade Pública e tratam também sobre a necessidade da existência da política de cotas devido às desigualdades sociais existentes no Brasil. Destacaram, também, que nem todos são tratados iguais no país e para tanto necessita de medidas governamentais para se tentar alcançar uma forma de igualdade, que está garantido na Constituição, como afirma Duarte (2014, p. 20),

Não restam dúvidas de que a ideia central proveniente das políticas de ações afirmativas, a de, conforme anteriormente exposto, corrigir distorções e desequilíbrios prévios, tem amparo constitucional. Mais especificamente, no que concerne ao princípio da igualdade material, há legitimidade para tais medidas no Brasil, considerando o regime jurídico imposto pela CF de 1988.

O aluno 03 inclui uma abordagem interessante e que está de acordo com a lei n. 12.711/2012, de criação das cotas para Instituições de Ensino Superior Federais, que determina que,

Art. 7º No prazo de dez anos a contar da data de publicação desta Lei, será promovida a revisão do programa especial para o acesso às instituições de educação superior de estudantes pretos, pardos e indígenas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012, *on-line*).

Portanto, daqui a 10 anos, os impactos desta lei serão avaliados e discutidos, quanto ao alcance nessa medida para a integração social, ética e racial dessas instituições de ensino (BRITO, 2008). Já que se trata de uma maneira de diminuir a desigualdade social e até mesmo a discriminação de grupos sociais, tão presente na sociedade, desde o início de sua existência.

O aluno 04 coloca uma opinião peculiar, por ser a favor das cotas sociais, mas não ser a favor das raciais, sob o argumento de que estas cotas favorecem grupos mais específicos, mesmo existindo inúmeras pessoas independentes de sua etnia, que também precisam de políticas públicas para uma possível ascensão social. Entretanto, deve-se analisar que apesar das desigualdades sociais no Brasil serem bastante abrangentes, determinados grupos possuem mais entraves sociais que outros e que sem políticas públicas específicas a equidade social para esses grupos seria mais difícil de alcançar, como corrobora Brito (2008, p. 13-14),

A definição jurídica objetiva e racional da desigualdade dos desiguais, histórica e culturalmente discriminados, é concebida como uma forma para se promover a igualdade daqueles que foram e são marginalizados por preconceitos enraizados na cultura dominante na sociedade. Por esta desigualação positiva promove-se a igualação social, política, econômica no e segundo o Direto, tal como assegurado formal e materialmente no sistema constitucional democrático. A ação afirmativa é então uma forma jurídica para se superar o isolamento ou a diminuição social a que se acham sujeitas às minorias.

Na quarta questão foi perguntado: *Em sua opinião, o que é ser aluno cotista em Universidade Pública?* Os alunos responderam da seguinte maneira:

Aluno 01: É uma chance de está estudando no Ensino Superior se não fosse as cotas e tendo oportunidades melhores na vida.

Aluno 02: É um aluno igual aos outros.

Aluno 03: É superar obstáculos sociais, é reconhecer as dificuldades enfrentadas para o ingresso e a manutenção de cada um no curso de escolha, é dobrar-se em mil para muitas vezes, trabalhar e estudar, bem como sempre buscar o aproveitamento máximo dentro da instituição.

Aluno 04: Na minha pequena experiência que tenho com Universidade pública é que o cotista é bem priorizado, já que qualquer dificuldade além das tantas que ele já tem poderia lhe tirar da Universidade.

Aluno 05: É um aluno normal, como qualquer outro.

Os alunos 01 e 03 colocam o que muito se fala sobre as políticas de cotas, que depois delas passou a existir para determinados grupos sociais oportunidades de crescimento e de um futuro melhor, mesmo com as dificuldades que possam vir a enfrentar durante os cursos escolhidos, já que,

Atualmente vivemos a igualdade sob o enfoque do Estado Democrático de Direito, surge assim a consciência de que vivemos em uma sociedade plural, multirracial, com diferenças a serem respeitadas, porém com desigualdades sociais, econômicas e regionais que devem ser superadas, além de preconceitos e discriminações que devem ser erradicadas, e que o bem-estar de todos, sem exclusão, deve ser promovido. [...] (SANTOS, 2007, p. 21).

Os alunos 02 e 05 se posicionam que ser aluno cotista é ser um aluno igual a qualquer outro. Diante destas respostas, os alunos expressam que é ser um aluno com as mesmas capacidades de aprendizados como os alunos não cotistas. Aparece nessas falas o valor da igualdade entre alunos cotistas e não cotistas, negando-se qualquer diferenciação que seja para favorecê-los ou discriminá-los (MENIN et al, 2007). E o aluno 04 coloca o apoio que recebe da Universidade para conseguir permanecer no ensino superior público, em meio a tantas dificuldades enfrentadas por eles, tanto para ingressar como para permanecer.

Na quinta questão perguntou-se: *Em sua opinião, as cotas devem realmente existir? Por quê?* E as respostas foram colocadas da seguinte maneira,

Aluno 01: Sim, porque sem elas as pessoas de baixas condições sociais irão concorrer a essas vagas com pessoas que tem uma boa condição.

Aluno 02: Sim, porém essa dívida histórica e social também deveria ser retratada no problema mais abaixo

Aluno 03: Por hora, sim. Há ainda estudantes que não vislumbram uma oportunidade como esta, e muito menos uma em uma universidade particular, ainda que com auxílio. Sabemos que nossa sociedade como foi construída, cria e mantém barreiras que, neste caso as cotas são minimizadas pelas mesmas.

Aluno 04: Devem para ajudar pessoas necessitadas, independente da cor.

Aluno 05: Sim. Porque são importantes, garantem que no futuro, os tipos de pessoas formadas vão está bem balanceados

Unanimemente todos concordam com a existência das cotas em Instituições Públicas Federais, para auxiliar estudantes de escolas públicas a ingressarem em universidades públicas, uma vez que a educação pública deixa a desejar quanto ao ensino suficiente e capaz, para que esses estudantes possam

competir igualmente com os alunos de escolas particulares na disputa por vagas em ensino superior público e também trazem em suas respostas, novamente as desigualdades sociais existentes na sociedade brasileira e a segregação entre ricos e pobres. É como corrobora Ramos (2007, p. 119-120),

[...] às minorias não é dado participar das decisões do Estado, não dispoño elas, conseqüentemente, das mesmas oportunidades de gozo e fruição dos direitos fundamentais. E é exatamente essa distância, essa diferença de poder, de influência e de prestígio, refletida nas oportunidades de efetivo acesso aos bens e serviços produzidos pela sociedade, que vai constituir as chamadas desigualdades sociais.

Na sexta questão perguntou-se: *Você recebe auxílio ou bolsa de estudos da Universidade para garantir a sua permanência no ensino superior?* Já que o próprio Ministério da Educação (2012) que o governo vai garantir a permanência dos estudantes cotistas por meio do reforço econômico da assistência estudantil. Dos 05 estudantes pesquisados, apenas 01 não recebe auxílio estudantil, 01 é beneficiado com auxílio moradia e os outros 03 possuem bolsas de estudos remuneradas. Tais dados podem trazer a comprovação que realmente o incentivo está acontecendo, para permanência desses alunos na educação superior, apesar de não contemplar todos.

A sétima questão trouxe a seguinte pergunta: *Você sofre preconceito dentro da universidade, seja por colegas ou outros profissionais, por ser aluno cotista?* Todos responderam não sofrer preconceito, o dado pode refletir a ideia de que esses alunos são considerados por todos, capacitados para estarem inseridos em curso superior e que ser aluno cotista não os difere dos alunos não cotistas na capacidade de aprendizagem.

Oitava questão foi realizada da seguinte maneira: *O que a Lei n. 12.711/2012 sobre a Política de Cotas para o Ensino Superior lhe proporcionou?* Os alunos responderam desta maneira:

Aluno 01: Uma oportunidade de concorrer uma vaga na universidade pública com as pessoas que na teoria tem as mesmas condições sociais que eu.

Aluno 02: A entrada na universidade que possibilita uma serie de coisas.

Aluno 03: Uma nova perspectiva sobre meu futuro, bem como uma oportunidade de otimizar minha trajetória pessoal e profissional. Proporcionou experiências que, uma vez que tenho plena certeza que em outro ambiente não haveriam as mesmas.

Aluno 04: Me proporcionou o ingresso a Universidade e a Bolsa para me manter.

Aluno 05: Não conheço.

Os 04 primeiros alunos colocam que tal política proporcionou a eles, após a criação, uma perspectiva de futuro com a realização do curso de ensino superior. Apenas 01 coloca não conhecer a lei, mas sabe que é aluno cotista. Mas ao desconhecer a lei que respalda seu direito de cota em instituição pública, pode ser um fator negativo, pois, provavelmente o aluno não conhece os direitos que essa lei garante a ele para além da inserção em ensino superior público, vez que essa ação afirmativa criada pelo Estado, está relacionado ao,

[...] cumprimento de sua tarefa de discriminação, o Estado continua, sem dúvida, submisso ao princípio isonômico. O que pretende é a efetivação desse preceito. Seu esforço é no sentido de realização da fórmula clássica: que os iguais sejam tratados igualmente e os desiguais de forma desigual, na medida de suas desigualdades (RAMOS, 2007, p. 122).

Perguntou-se também *se sem a política de cotas eles poderiam estar inseridos em Universidade Pública, solicitando a justificativa para a resposta*. Os alunos responderam da seguinte maneira: 04 responderam que talvez e 01 respondeu que sim, explicando tais respostas da seguinte maneira:

Aluno 01: Pelo mesmo fato das oportunidades de estudos que talvez não existiria chance se não fosse as cotas, visto que em vestibulares passa mais geralmente quem tem boas condições financeiras para estudar.

Aluno 02: Talvez sim, se eu estudasse além do que a escola ensina. Mas muitas pessoas talvez não.

Aluno 03: As cotas me equiparam aos alunos que receberam uma dinâmica, referente ao ensino clássico, uma vez que é possível perceber que há diferenças na maneira ensinada, de escolas públicas para particulares, assim como outros desafios que comumente alunos de escola particular não são obrigados a passar.

Aluno 04: Acho que bolsas de estudos poderiam ajudar com isso, contudo seria muito inviável para muitos cotistas.

Aluno 05: Porque minha nota dava pra passar na ampla, mas optei pela cota.

Excluindo o aluno que teve nota suficiente para ingressar em ensino superior público sem a Política de Cotas, a resposta dos outros reflete bem as disparidades do ensino básico público e particular, demonstrando, ainda o quanto essa ação afirmativa foi positiva na vida de muitos jovens de escola pública. Uma vez que a criação das políticas de ação afirmativa podem ser consideradas uma forma de equilíbrio entre classes sociais que estão em posições de desvantagem, combatendo-se assim todos os tipos de discriminações, fazendo com que a categoria menos favorecida amplie sua participação em processos políticos, acesso a educação, saúde, bens materiais, emprego e reconhecimento cultural (PINHEIRO, 2014).

Na décima questão colocou-se: *Diante das desigualdades sociais, você acha que a cotas democratizam o acesso ao ensino superior? Levando em conta as desigualdades entre o ensino básico público e privado brasileiro.* Os 05 pesquisados afirmaram que sim, as cotas são uma maneira de democratizar o acesso ao ensino superior, destes 02 ainda justificaram:

Aluno 04: Sim, porque as pessoas irão apenas disputar a vaga entre as escolas públicas e as da rede privada irão disputar entre elas.

Aluno 05: Considerando a atual conjuntura política e social, sem sombra de dúvidas.

Isso reflete o sucateamento do Estado, no processo de concessão aos direitos sociais que deveriam ser fornecidos a todos os cidadãos brasileiros, de maneira justa e de qualidade, mas como o governo não provem os direitos mínimos para esses direitos é necessária a criação de políticas públicas para alcançar esses objetivos, como a Política de Cotas, caracterizada como uma ação afirmativa, que tem como,

[...] ideia, [...] uma espécie de discriminação positiva por parte do Estado, que, em determinado momento histórico, tendo percebido o fracasso das proclamações jurídicas que viam na institucionalização da igualdade formal o justo e adequado estímulo para o desenvolvimento da sociedade, abandona sua posição de neutralidade, seu compromisso de não-intervenção em assuntos de natureza econômica, espiritual e íntima do cidadão, para agir e incentivar ações tendentes à concretização do ideal de efetiva igualdade de oportunidades, considerando, para isto, as especificidades dos diversos segmentos sociais (RAMOS, 2007, p. 123).

Na décima primeira questão foi indagado: *Você acha que a Política de Cotas é uma maneira de corrigir as injustiças sociais? Por quê?* Dos 05 pesquisados, 04 responderam que sim e 01 que não, colocando a motivação de suas respostas assim:

Aluno 01: Sim, porque é uma forma justa que dá chance para todos ingressarem na universidade independente de suas condições sociais.

Aluno 02: Porque ela democratiza o acesso.

Aluno 03: Por conta do ensino público enfraquecido, alunos que enfrentam não somente este problema, como a baixa renda, muitas vezes tendo que ajudar em casa, ou mesmo não tendo o acesso que os demais, de escola particular, possuem tendem a não demonstrar interesse, nem possuírem oportunidades de acesso a uma boa educação, cultura, conhecimentos para a além do técnico, com esta política podem vislumbrar novas oportunidades e caminhos diferentes aqueles que estão a sua volta.

Aluno 04: É uma ponte para o acesso a Universidade, para corrigir certas injustiças sociais uma maneira mais eficiente seria a distribuição de renda mais igualitária.

Aluno 05: Foi uma boa maneira.

Nas suas justificativas eles colocam as disparidades entre o ensino público e privado, as possibilidades de ascensão para algumas pessoas na sociedade mediante realização do ensino superior, já que essas injustiças estão relacionadas às desigualdades sociais. Dado que o Brasil é um país desigual, com um desafio histórico de encarar uma herança de injustiça social que exclui parte significativa de sua sociedade ao acesso as condições mínimas de dignidade e cidadania (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000, p.123).

O único aluno que discorda da resposta e coloca que as cotas é uma ponte de corrigir as injustiças sociais, mas que a maneira de correção seria uma igualitária distribuição de renda na sociedade brasileira. O pesquisado reconhece como ponto positivo as cotas, mas parte para o princípio de que o ideal para corrigir certas injustiças sociais está relacionado à distribuição de renda, complementa-se que tal ação está relacionada ao Estado,

A distribuição perfeitamente equitativa dos recursos, produzindo uma sociedade de indivíduos idênticos no que se refere à renda, não necessariamente é justa, nem desejada. No entanto, podemos fazer um exercício de construção de um estado da natureza hipotético onde estimemos o volume de recursos necessários para erradicar a indigência e a pobreza. O exercício supõe que o poder público disporia da capacidade de identificar todos os indivíduos da população pobre e poderia transferir, com focalização perfeita e calibragem precisa entre as famílias, os recursos estritamente necessários para que todos esses indivíduos pobres obtivessem a renda equivalente ao valor da linha de pobreza (BARROS, HENRIQUES, MENDONÇA, 2000, p. 129).

A décima segunda questão tratou da seguinte pergunta: *Em sua opinião, a Política de Cotas promove, de certa maneira, a igualdade de acesso ao ensino superior público? Por quê?* Os 05 alunos responderam sim e justificaram:

Aluno 01: Sim, porque os alunos do ensino público, no geral, não têm qualidades ótimas de estudos para concorrer com alunos das escolas privadas.

Aluno 02: Porque democratiza o acesso.

Aluno 03: Por um lado sim, pois como afirmando antes, é uma oportunidade dada aqueles que socialmente estão em desvantagem.

Aluno 04: Nem todas as pessoas têm as mesmas oportunidades, a Universidade apesar de pública ainda não é de fácil acesso.

Aluno 05: Porque balanceia o ingresso de estudantes.

As respostas dadas corroboram com o que vem sendo discutido durante todo o trabalho, quando se trata na desresponsabilização do Estado em garantir uma educação básica de qualidade, que muitas vezes era motivo de exclusão para o acesso ao ensino superior público desses alunos. Com a política de cotas percebe-

se a dimensão da equidade, e por meio dela a construção da igualdade social e, assim maiores chances dessa população, que antes se consideravam excluídas, possuírem perspectiva de crescimento e melhoria de vida.

A última questão, décima terceira, trouxe: *Em sua opinião, quando que a Política de Cotas poderia deixar de existir?* Os pesquisados responderam:

Aluno 01: Quando as verbas em cima do ensino parassem de serem cortadas, dando mais condições aos jovens da rede pública de estudarem com melhores condições dando assim, uma justa disputa entre os alunos do ensino privado e do ensino público a concorrerem a uma vaga no Ensino Superior.

Aluno 02: Quando houvesse melhorias no sistema de educação básica pública.

Aluno 03: Quando as políticas para a melhoria efetiva na educação obtiverem seus primeiros resultados, não somente ao ensino básico, mas toda a trajetória até o ingresso na universidade.

Aluno 04: Quando tivermos uma educação pública de qualidade em todos os âmbitos acadêmicos e a distribuição igualitária.

Aluno 05: Quando estivesse balanceado.

Percebe-se, aqui, a reflexão realizada por esses alunos, quanto à extinção dessa política, eles colocam que tal só poderá acontecer quando os investimentos necessários à educação forem realizados de maneira efetiva e com qualidade, proporcionando chances reais desses alunos poderem ter acesso ao ensino superior público sem a necessidade de políticas públicas para esse feito. Posto que, em relação às cotas em universidades públicas brasileiras é uma maneira real de justiça social, de divisão de riqueza e de poder do Estado, visto que a inserção no ensino superior público e gratuito ter sido até hoje privilégio, com poucas exceções, das classes médias, altas e de pessoas brancas, em sua maioria, que acabam controlando o Estado e a Sociedade (MAGNONI, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi estudado e pesquisado para realização do presente trabalho, pode-se colocar que a educação básica pública brasileira está sendo cada vez mais fragilizada, abrindo cada vez mais as portas para a educação privada, isentando-se de seu dever em garantir uma educação pública de qualidade para toda a sociedade brasileira. Direito esse que está garantido constitucionalmente, mas que não são efetivados por conta dos mecanismos de desmonte das políticas públicas produzidas e efetivadas pelo Estado.

Em meio a essa precarização do ensino de base público, conseqüentemente as dificuldades para inserção de alunos no ensino público superior é cada vez maior, por isso, existe a necessidade de criação e efetivação das políticas públicas, como a ação afirmativa de cotas nas instituições públicas superiores para tentar-se diminuir as injustiças sociais tão gritantes na sociedade brasileira. Ações essas que deveriam nem existir, pois legalmente a população possui leis que deveriam garantir os direitos sociais eficazmente, mas as decisões governamentais como a PEC 55, que aumenta a precarização dos direitos sociais faz com que a criação dessas ações seja fundamental para um mínimo possível de equidade social, e conseqüentemente o alcance da quase inalcançável igualdade social brasileira.

A pesquisa com os alunos da UFC reforçou o que já se vinha sendo colocado no início deste trabalho, uma vez que durante as respostas dos alunos era nítido que esses percebem a precarização da educação pública de base e que se não fosse garantido direitos específicos em lei, como no caso da política de cotas, muitos deles não estariam inseridos em ensino superior público.

Interessante que pela resposta dos pesquisados, é possível perceber que os alunos têm entendimento que a desigualdade social no Brasil não é algo recente, é histórico e que sem a criação de políticas como as ações afirmativas, as desigualdades sociais seriam bem maiores. Apesar de não ficar tão visível o entendimento desses alunos quanto a tais direitos sociais serem garantidos por lei e não ser uma ajuda do governo para garantir esses direitos. Outro dado preocupante é o aluno se reconhecer como aluno cotista, mas desconhecer a lei que garante seus recursos financeiros, o que pode dificultar que esses saibam como fazer com que seus direitos sejam efetivados de modo pleno.

Portanto, a Política de Cotas em Instituições de Ensino Superior Público traz oportunidades a muitos alunos de escola pública que não teriam conseguido acesso a esse ensino se não fosse por meio de cotas. Resta-se refletir que essas ações deveriam ser paliativas, com início e fim, uma vez que o intuito dessas políticas é inicialmente prover maneiras para que se possam compensar essas desigualdades. É adequado que posteriormente elas não precisem mais existir, pois o intuito é que daqui a algum tempo as cotas tenham possibilitado a distribuição democrática de vagas em IES's Públicas e assim todos possam ter os direitos fundamentais garantidos. Mas diante dos desmontes dos direitos sociais, não se

pode ter tanta certeza se algum dia essas políticas compensatórias possam deixar de existir no Brasil.

REFERÊNCIAS

- AKKARI, A. et al. **Construção histórica de um sistema dual de ensino e indefinição de fronteiras das redes pública e privada no Brasil**. Revista Diálogo Educacional, v. 11, n. 33, p. 471-496, 2011. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/dialogo?dd1=5063&dd2=3638&dd3=&dd99=pdf>>. Acesso em 01 jul. 2018.
- BAPTISTA, D. M. T. **O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social**. In: MARTINELLI, M. L. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999. p. 19-27.
- BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. **Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 123-142, fev. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092000000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 jul. 2018.
- Brandao, C. F. **As cotas na universidade pública brasileira: será esse o caminho?** Campinas: Autores Associados, 2005.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo n. 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 20 maio 2018.
- BRASIL. **Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 20 mar. 2018.
- BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm>. Acesso em: 20 set. 2018.
- BRITO, M. D. A. **O sistema de cotas nas universidades públicas e a diminuição**

das desigualdades sociais: um estudo de caso da Universidade de Brasília (UnB). 2008. 53f. Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) – Curso de Ciência Política, Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) e Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/161477>>. Acesso em: 08 jul. 2018.

DUARTE, A. C. **A Constitucionalidade das Políticas de Ações Afirmativas.** Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, abril/2014 (Texto para Discussão n. 147), 23 p. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/502895>>. Acesso em 02 jul. 2018.

FALEIROS, V. P. **Inclusão Social e Cidadania, 32ª Conferência Nacional de Serviço Social, 2006.** Disponível em: <www.icsw.org/images/docs/Events/2006_Brazil/17_07_PDF/vicente_faleiros.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2018.

FERREIRA, E. C. C. **A importância do estágio supervisionado para o processo de formação profissional em serviço social: a perspectiva dos alunos da Universidade Estadual do Ceará.** 2013. 84 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013. 1 CD-ROM.

FERREIRA, J. W. **Questão social e intervenção profissional dos assistentes sociais.** Revista Textos e Contextos, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 209-217, 2010. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/7388/5783>>. Acesso em 01 jul. 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 1 ed., São Paulo: Atlas, 1987.

GOMES, J. B. B. **O debate constitucional sobre as ações afirmativas.** Revista de Direitos Difusos, v. 2, n. 9, p. 1133-1163, out. 2001.

Grandes grupos econômicos estão ditando a formação de crianças e jovens brasileiros. Brasil de Fato Online, São Paulo, 01 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/07/01/grandes-grupos-economicos-estao-ditando-a-formacao-de-criancas-e-jovens-brasileiros>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

GUNTHER, H.; LOPES JUNIOR, J. **Perguntas abertas versus perguntas fechadas: uma comparação empírica. Psicologia: Teoria e Pesquisa,** Brasília, v. 6, n. 2, p.203-213, jul. 2012.

GUZZO, R. S. L.; EUZEBIOS FILHO, A. **Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: a urgência da educação emancipadora. Escritos sobre Educação,** Ibité, v. 4, n. 2, p. 39-48, dez. 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-98432005000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 abr.2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Estatísticas do censo escolar da educação básica, 2016.** Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf>. Acesso em: 20 maio 2018.

LEWGOY, A. M. B. **Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e o exercício profissional.** São Paulo: Cortez, 2009.

LIMA, M. E. O.; NEVES, P. S. C.; SILVA, P. B. **A implantação de cotas na universidade: paternalismo e ameaça à posição dos grupos dominantes.**

- Revista Brasileira de Educação. [online]. 2014, vol.19, n.56, pp.141-163. ISSN 1413-2478. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782014000100008>>. Acesso em: 02 jun. 2018.
- MAGNONI, M. S. **Lei de Cotas e a mídia brasileira: o que diria Lima Barreto? Estudos Avançados**, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 299-312, ago. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000200299&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 jun. 2018.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório publicações e trabalhos científicos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- MARTINELLI, M. L. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.
- MENIN, M. S. D. S. et al. **Representações de estudantes universitários sobre alunos cotistas: confronto de valores. Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 255-272, ago.2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022008000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01 jul.2018.
- MINAYO, M. C. S. M. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Ensino Superior: entenda as cotas para quem estudou todo o ensino médio em escolas públicas, 2012**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cotas/index.html>>. Acesso em: 02 abr. 2018.
- MOEHLECKE, Sabrina. **Proposta de Ações Afirmativas no Brasil: o acesso da população negra ao ensino superior**. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo. São Paulo.
- PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 2. ed. Campinas: Papiros, 1997.
- PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p.
- PINHEIRO, J. S. S. P. **Desempenho acadêmico e sistema de cotas: um estudo sobre o rendimento dos alunos cotistas e não cotistas da Universidade Federal do Espírito Santo**. 2014. 101 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014. Disponível em: <http://dspace2.ufes.br/bitstream/10/2499/1/tese_7435_Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Final%20-%20Juliene%20Saraiva.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2018.
- RAMOS, H. V. **Diferenças sociais e ações afirmativas: a luta pela igualdade**. Revista de informação legislativa, v. 44, n. 173, p. 117-130, jan./mar. 2007. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/141289>>. Acesso em: 10 jul. 2018.
- ROCHA, C. L. A. **O princípio da dignidade da pessoa humana e a exclusão social**. Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, [S.l.], n. 2, p. 49-67, maio 2016. ISSN 1677-1419. Disponível em: <<http://revista.ibdh.org.br/index.php/ibdh/article/view/29>>. Acesso em: 25 abr. 2018.
- ROSSI, P.; DWECK, E. **Impactos do novo regime fiscal na saúde e educação**. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 32, n. 12, e00194316, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2016001200501&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 jun. 2018.
- SANTOS, A. C. C. **Cotas para negros na universidade Uma análise da constitucionalidade em confronto com o princípio da igualdade recepcionado pela Constituição Federal de 1988**. Revista de informação legislativa, v. 44, n. 173,

- p. 11-25, jan./mar. 2007. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/141335>>. Acesso em: 10 jul. 2018.
- SANTOS, S. A. et al. **Ações afirmativas: polêmicas e possibilidades sobre igualdade racial e o papel do estado.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 913-929, Dec. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000300012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 maio 2018.
- SENADO FEDERAL. **PEC que restringe gastos públicos é aprovada e vai a promulgação.** Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/13/pec-que-restringe-gastos-publicos-e-aprovada-e-vai-a-promulgacao/aplicativos>>. Acesso em: 22 jul. 2018.
- SILVA FILHO, P.; CUNHA, E. O. **As políticas de ações afirmativas na educação superior no Brasil sob a ótica da equidade.** Universidade Federal da Bahia, 2013. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:6yHaHdikeNIJ:www.equidade.faced.ufba.br/sites/equidade.oe.faced.ufba.br/files/politicas_de_acoes_afirmativas_na_educacao_superior_do_brasil_anpae-nordeste.pdf+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 02 jun. 2018.
- TELLES, E. E. **O significado da raça na sociedade brasileira.** Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2006. Versão divulgada na internet em ago. de 2012, tradução: Ana Arruda Callado.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Jornal da USP, 2016.** Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/resultados-do-enem-aprofundam-diferencas-entre-escolas-publicas-e-privadas-diz-especialista/>>. Acesso em: 20 maio de 2018.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Sisu na UFC.** Disponível em: <<http://www.sisu.ufc.br/informacoes-sobre-cotas/>>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- VALE, E. S. **A reprodução do ideário neoliberal no cotidiano acadêmico: reiteraões e resistências do trabalho docente na UECE.** 2012. 243 f. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.